

Entrevista Carlos Silva

Concertação Social: Sindicatos e patrões têm de “agarrar a oportunidade”



Tiago Petinga/Lusa

Em entrevista à Lusa, o Secretário-geral da UGT prestes a comemorar cinco anos como líder da central sindical, no dia 21 de Abril, e numa altura em que se discute com o Governo medidas de combate à precariedade e de dinamização da negociação colectiva, Carlos Silva acredita num acordo de concertação social sobre alterações à lei laboral, defendendo que sindicatos e patrões devem “agarrar a oportunidade” para não permitir que seja o Parlamento a tomar decisões.

"Somos seis [parceiros sociais] e cabe agora a cada um perceber, nas matérias que estão em cima da mesa [...] se vamos ou não agarrar esta oportunidade ou vamos permitir que, não havendo entendimentos, seja o parlamento a tomar decisões", afirma o dirigente da UGT.

Carlos Silva diz que "no início" da atual solução governativa houve "algum temor sobretudo por parte dos empresários" de que a Concertação Social perdesse força, nomeadamente quando o Executivo avançou sozinho com o aumento do salário mínimo acordado com o Bloco de Esquerda.

"Acho que houve um momento de alguma distração de alguns parceiros sociais no final de 2017 quando se perdeu a oportunidade de dar ainda mais força à Concertação: foi a incapacidade de alguns parceiros perceberem que um acordo naquele momento era importante para se combater essa imagem que se criou em 2015 de que agora a Concertação não valia nada e que tinha sido tudo deslocalizado para o parlamento", diz Carlos Silva.

Porém, para o líder sindical, o conjunto de medidas laborais apresentado agora pelo Governo aos parceiros sociais "veio dar um contributo muito importante para dinamizar o papel da Concertação Social no país".

O problema diz Carlos Silva, é que, apesar de as empresas dizerem que também querem combater a precariedade, depois fazem "o velho choradinho de sempre", a dizer que "isto está difícil, que não aguentam".

Para Carlos Silva, o Governo, "de uma forma inteligente", decidiu penalizar as empresas com excesso de rotatividade de trabalhadores ao criar uma taxa anual sobre os empregadores que, a ser aplicada, "só o será no final de 2019".

Em relação à negociação coletiva, Carlos Silva lembrou que a UGT apoia a manutenção da norma da caducidade, mas esta "não pode servir como arma de arremesso e de intimidação dos sindicatos e dos trabalhadores", pelo que tem de ser fundamentada e com regras.

Apesar das confederações patronais recusarem alterações à lei laboral e a CGTP considerar as propostas do Governo insuficientes, Carlos Silva diz que "o princípio do compromisso" é chegar a um entendimento.

"É como na diplomacia: se ninguém acredita que não é possível haver um momento de pacificação entre os Estados Unidos e a Rússia, por que é que também nós devemos entender que a Concertação é trazer para a mesa dos parceiros sociais o princípio da habilidade diplomática. Temos de nos entender", afirma.

"O documento que o Governo apresentou é muito importante para o deixarmos cair. Eu acho que os parceiros sociais têm de ter a sagacidade e a perspicácia de pegar no documento e percebermos todos até onde é que podemos ir dentro das nossas áreas de intervenção", concluiu o líder da UGT.

Quanto à segunda fase da revisão das reformas antecipadas, Carlos Silva diz que ainda não viu qualquer proposta do Governo, apesar de a matéria já estar a ser discutida com os partidos que sustentam a maioria parlamentar.

"A segunda fase [das reformas antecipadas] não foi levada à Concertação Social, não foi levada aos parceiros. Portanto, estar a pronunciar-me sobre aquilo que o Governo apresentou aos partidos, não conheço", diz, lembrando que a UGT defende o fim do fator de sustentabilidade (que corta 14,5% da pensão) aos 60 anos de idade e 40 de descontos.

Carlos Silva acredita que o Governo apresente aos parceiros sociais uma proposta sobre a segunda fase das reformas antecipadas no primeiro semestre do ano, embora o executivo não se tenha comprometido com uma data concreta na Concertação Social.

Além da concertação social e das legislação laboral, o Secretário-geral da UGT, afirmou ainda, em entrevista à Lusa, não estar satisfeito com o ritmo de reversão das medidas da Troika e que o anúncio do Ministro das Finanças, de que não haverá aumentos para a administração pública em 2019, "foi um tiro no pé".

O líder da UGT, Carlos Silva, recusa que o défice seja "um elemento sacrossanto" e defende que o Governo devia definir uma meta menos ambiciosa para este ano, que permitisse aumentar a função pública e evitar assim "uma guerra com os sindicatos".

Para o responsável, "se o défice ficasse outra vez este ano em 0,9%, o que seria uma grande meta", o Governo teria uma margem de "400 milhões de euros" para actualizar os salários dos trabalhadores do Estado.

"Eu acho que é por aqui que o Governo tem de fazer contas e tem de perceber se quer ser outra vez o menino bonito da Europa, porque é um cumpridor exímio, ou se quer abrir uma guerra, um conflito com os sindicatos, sobretudo os da administração pública", frisou Carlos Silva.

O dirigente sindical diz que alinha com o ministro das Finanças na defesa de "um controlo efectivo das contas por uma questão de credibilidade e de reputação do Estado", mas avisa que numa altura em que se anunciam várias greves e protestos em vários sectores do Estado, como na educação e saúde, "o Governo tem de dar um sinal aos trabalhadores da administração pública".

Dignificar os trabalhadores da Administração Pública

Para a UGT "é fundamental" que o Governo apresente "soluções" e Carlos Silva diz estar convencido de que o executivo "não tem condições nem querará fechar todas estas portas".

"Cabe ao primeiro-ministro decidir até que ponto quer aguentar este conflito ou quer permitir por outro lado que ele venha para a rua e que extravase aquilo que são as margens da paz social que nós gostamos de privilegiar", diz ainda o secretário-geral da UGT.

Carlos Silva considera que nos anos da crise "criou-se um anátema em Portugal" sobre os trabalhadores da administração pública, que são vistos como "os culpados" que "nós não temos de andar a sustentar".

"Se queremos dignificar os trabalhadores da administração pública temos de os valorizar e dar-lhes condições e dizer-lhes que o que aconteceu durante dez anos é irrepetível. Não é dizer-lhes que daqui a um ano não há aumentos salariais. Parece-me que foi um tiro no pé", diz Carlos Silva.

Recusando avançar com uma proposta de actualização salarial para os funcionários públicos, por considerar que cabe ao Governo "fazer as contas", o sindicalista considera que "qualquer aumento que viesse era melhor do que dizer que não há aumentos salariais, porque a abertura de um patamar negocial, já por si, é um elemento positivo".